

Interativa ANO I Nº3
 nov. dez. 1995, Jan 96. 12-14
 03R00043

ZUMBI - 300 ANOS!

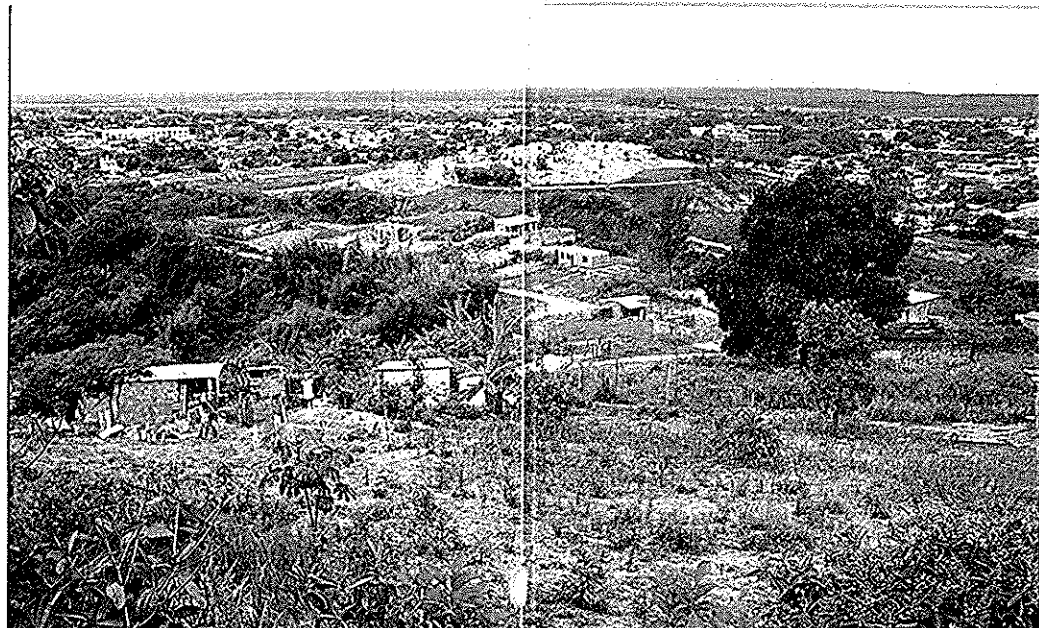
O tesouro cultural que Magé desconhece

No meio do caminho entre a Baixada Fluminense e a Região Serrana, tendo como pano de fundo a Baía de Guanabara, o município de Magé, hoje praticamente uma cidade-dormitório, abriga um tesouro cultural, desconhecido, inclusive, por boa parte de seus 250 mil habitantes. Bem próximo ao Centro, lá está encravado o Morro da Maria Conga. E quem foi Maria Conga? Boicotada e esquecida pela nossa história oficial, foi uma negra guerreira e carismática, líder dos Quilombos de Magé.

FOTOS EVERALDO ROCHA/IMAGENS DA TERRA - OUT/95



O antigo porto de desembarque de escravos, em Magé



Cemitério no morro de Maria Conga, onde está enterrada a escrava que morreu há um século

Resgatar a saga da comunidade negra na região, porém, não é tarefa das mais fáceis. Pelo contrário. Uma sucessão de administrações absolutamente desinteressadas em preservar este belo capítulo da história do povo brasileiro, impediu que a população local travasse contato com suas raízes. Felizmente, há exceções. Fala exaltada e veemente, Marcílio da Costa Faria, 68 anos, veterano militante da causa negra no Brasil, é uma delas. É assim como se fosse um patrimônio cultural ambulante de Magé.

“É bom deixar claro que o negro no Brasil sofre discriminação racial e não social. Ou melhor, a questão se tornou social por ter origens raciais, porque quando a mão-de-obra no Brasil teve que ser paga o negro foi alijado do mercado de trabalho, da lavoura, do artesanato. Quer dizer, os negros que, com sua mão-de-obra foram o sustentáculo da Coroa portuguesa, foram descartados quando seu trabalho teve que ser remunerado”, historia Marcílio para quem o clã dos Cozzolino, oligarquia no poder há doze anos no município, procurou destruir todas as referências da cultura negra na região.

Praça do Leilão - Em passeio com Marcílio pela cidade é possível conhecer preciosidades históricas como o Morro do Bonfim, rota de fuga dos negros em direção ao Quilombo de Maria Conga - que se transformava num campo de batalha quando os senhores dos escravos mandavam seus jagunços vi-rem resgatá-los - e Piedade, tradicional bairro negro de Magé, onde os escravos montavam toda a sua estratégia de resistência. Neste bairro encontra-se a Praça do Leilão, antigo porto de desembarque escravo, onde ao che-

gar da África, os negros eram acorrentados no paredão.

Ainda na Piedade há uma capela inteiramente construída por negros, além de um túnel, escavado por eles, que dá acesso ao Quilombo de Maria Conga, que morreu aos 95 anos de idade. Em 5 de outubro deste ano, sua morte completou cem anos. “Morte não, imortalidade”, rebate Marcílio, lembrando uma célebre frase de Maria Conga, ao cair nas mãos de um senhor de escravo: “O senhor prendeu meu corpo, destruiu meus sonhos, mas não conseguiu alienar minha consciência de mulher negra”.

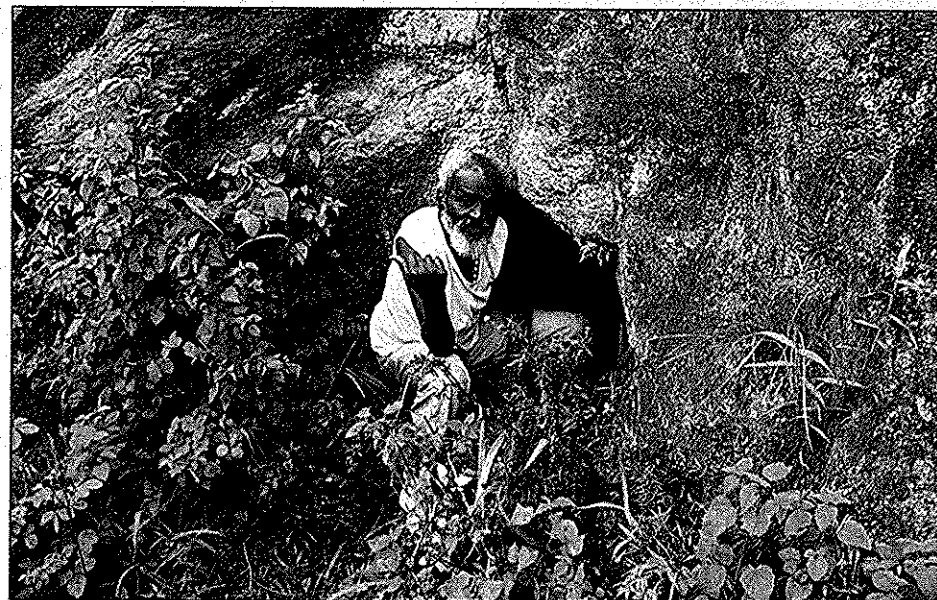
Segundo Marcílio, poeta, teatrólogo, fundador da Associação Cultural Negra de Nova Iguaçu e membro do Conselho das Entidades Negras do Interior, qualquer prefeito com o mínimo de visão cultural instalaria o Centro Administrativo de Magé em Piedade, verdadeiro berço do município. “Para se ter uma idéia da perversidade dos donos de escravos, antes de serem distribuídos pelas fazendas da região eles eram separados pelo critério da procedência religiosa e étnica. Para evitar articulações de resistência, separavam os Iorubás, os Gegi, os de Angola, ou seja, dois escravos de uma mesma nação não dividiam a mesma fazenda”, recorda.

Quando o assunto é o atual estágio da luta das comunidades negras do Brasil

para enfrentar a discriminação racial, Marcílio não esconde seu pessimismo. “O problema é que destruíram nossa cultura, nossa religião. Hoje se você chama dois negros para integrar qualquer coletivo negro, eles já querem logo ter papel de destaque. Têm necessidade de mostrar para o branco que são bonzinhos, que são os mais inteligentes, os melhores. Então, são logo cooptados pelo branco. Também os negros que possuem projeção social e política pouco têm feito para organizar pra valer a nossa raça”.

Marrom-bombom - Traçando um paralelo entre as formas de racismo da África do Sul e do Brasil, Marcílio põe o dedo na ferida, denunciando que a diferença fundamental é que no país de Nelson Mandela os negros sabem quem são seus inimigos, que atuam à luz do dia, enquanto aqui muitas vezes tudo é feito de forma velada. “No Brasil eles atiram pelas costas e para agravar o quadro os negros brasileiros que poderiam estar na linha de frente da organização da raça, preferem ser bem recebidos e assimilados pela elite branca. São os marrom-bombons”.

Mas, como resistir é preciso, mesmo enfrentando a avalanche da especulação imobiliária, os remanescentes do Quilombo de Maria Conga, descendentes de escravos guerreiros e libertários, estão presentes na paisagem do morro, peitando a Altair Imobiliária e construindo suas casas de alvenaria. Aliás, soa no mínimo esquisito o fato de uma empresa pública como a Telerj manter uma repetedora no alto de Maria Conga, quando a atual Constituição garante a titulação das terras dos remanescentes dos Quilombos de todo o Brasil.



Marcilio Faria: pelo túnel os escravos fugiam das fazendas

Emenda Palmares põe o dedo na ferida racial

Desenvolver um trabalho para a elaboração de um projeto de emenda constitucional que consolide todas as questões sobre matéria racial no Brasil. Este é o objetivo do grupo de trabalho, coordenado pelo advogado Oswaldo Barbosa, presidente da Comissão de Cidadania do Instituto dos Advogados do Brasil - IAB. A data de apresentação da emenda em Brasília não poderia ser mais oportuna e emblemática: 20 de novembro, tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares.

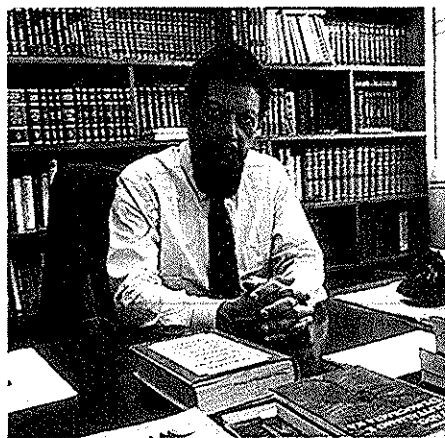
“As leis sobre a matéria de racismo no Brasil são antigas e esparsas. Temos, por exemplo, a lei Afonso Arinos que não pune o racismo como crime e sim como contravenção. Vale a pena citar também a lei 7.716, de janeiro de 1989, a Lei Caó, que embora tenha sido aprovada após a Constituição de 88 não é vista como lei regulamentadora de dispositivo constitucional e não é respeitada pelas autoridades competentes”, denuncia Barbosa, lembrando que a única delegacia especializada em crimes de natureza racial no Estado do Rio de Janeiro foi recentemente fechada pelo governo Marcello Alencar.

Garantir os direitos dos negros - Num país de cultura racista subliminar e não declarada como o Brasil, os crimes por discriminação racial acabam, em qualquer delegacia, sendo desqualificados e transformados em meros crimes contra a honra. “O dia que o negro começar a reclamar de fato pelos seus direitos e ocupar espaço social vai pegar fogo no Brasil”, prevê Barbosa. Segundo o advogado, no Brasil, quando o negro ostenta uma boa condição intelectual é logo taxado de pedante, arrogante ou coisa parecida. Barbosa acusa ainda a classe dominante de só assimilar aquele negro que fala gíria, que não é articulado e não sabe se expor. “Alguns dizem que o negro merece mais. Ora, a questão não é de merecimento, e sim de direito do cidadão. Então, vamos apresentar uma emenda, fazer constar na Constituição os direitos fundamentais do cidadão negro, direito à saúde, educação, terra, etc.”

O primeiro passo, porém, para que o IAB pudesse encampar esta idéia data de

1993, período em que o Instituto rompeu com uma tradição exclusivamente acadêmica, criando, por sugestão do próprio Barbosa, a primeira comissão de direito social da casa, a Comissão de Cidadania. Até então, o IAB mantinha em sua estrutura apenas instâncias voltadas para o estudo da teoria do Direito.

Para a elaboração da emenda, a Comissão de Cidadania do IAB realizou várias reuniões com as entidades civis do movimento negro. A partir dos encontros com o IPCN, Comedine, IPDH, entre outras, foram formados



Oswaldo Barbosa, do IAB

três grupos de trabalho: as comissões Agrária, de Participação Cultural e Cultural, além de uma comissão de Divulgação. As propostas serão entregues a um relator que, após uma triagem para separar o que é matéria de reforma constitucional e o que está afeto à Legislação Complementar ou Ordinária, apresentará, em dez dias, seu relatório.

Emenda é o primeiro passo

- Os relatórios já estão definidos. O advogado Ricardo Serra, um estudioso da questão agrária no Brasil, relatará os trabalhos da Comissão Agrária. Sistematizando as propostas da Comissão de Participação Social estará o professor e ex-subcomandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro, coronel Jorge da Silva, enquanto o conselheiro do IAB, Orlando Soares, se encarregará da Comissão Cultural.

“Vamos chamar a nossa emenda de Emenda Palmares. É evidente que toda a matéria não é auto-aplicável, muita coisa vai ter que se transformar em Lei Ordinária. Mas isto é uma segunda etapa. Primeiro, precisamos mudar a Constituição, depois a gente briga pelo resto. Aliás, vamos brigar sempre, porque nós viemos ao mundo para mudar isto que está aí. Absolutamente não estou satisfeito apenas com minha família, casa e o meu carro. Enquanto houver crianças abandonadas na rua eu não posso dizer que sou feliz, mas que apenas tenho momentos de felicidade. Até porque o feliz e o realizado são pessoas que já morreram”, confessa, com emoção, o presidente da Comissão da Cidadania do IAB.

FOTOS EVERALDO ROCHA/IMAGENS DA TERRA - OUT/95



A cidade de Magé, vista do morro de Maria Conga